

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 22°  
Mínima: 14°

ANO XXII - Nº 9010 - TERESINA (PI), QUARTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## NA PALMA DA MÃO

O TCE-PI e a CGE assinaram um Termo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do aplicativo "Gestão Transparente". Desenvolvido pela CGE em parceria com a Uespi, o aplicativo recebe informações, denúncias, críticas e sugestões da população sobre os serviços prestados pelos órgãos da administração pública do Estado e dos municípios do Piauí.

Coluna Opinião. Página 4

QUARTA

5 DE ABRIL DE 2017 | TERESINA - PIAUÍ | ANO 29 - Nº 11.065 | R\$ 2,50 - OUTROS ESTADOS R\$ 3,50

# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

## Qualidade de gastos

A Rede de Controle, formada por órgãos com o TCE, CGE, MPE e MPF, TCU e CGU, vai avaliar a qualidade de gastos e a efetividade das políticas públicas e atividades municipais na educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Coluna Pleno Poder. Página 3.

# TCE-PI vai bloquear as contas de prefeituras que não enviarem informações

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) vai bloquear as contas dos municípios que não prestarem contas sobre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) até o dia 30 de abril. Os prefeitos dos 224 municípios do Piauí têm até o dia 30 para responder e encaminhar ao Tribunal de Contas o questionário do IEGM referente ao exercício de 2016.

As prefeituras que não enviarem as informações no prazo estabelecido podem ter as contas bloqueadas, dentre outras penalidades. O IEGM foi instituído com a finalidade de modernizar a gestão das cidades e tornar mais eficientes e efetivos os serviços oferecidos pelos

municípios. Começou a ser aplicado no Piauí em 2016, em fase experimental. A partir deste ano, o envio do questionário passa a ser obrigatório, conforme a Resolução TCE-PI nº 27/2016, que dispõe sobre o prazo e a forma de envio da prestação de contas da administração pública.

Os gestores devem informar os dados das políticas públicas e iniciativas desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Essas informações serão analisadas e avaliadas para medir o grau de eficiência dos serviços e

realizações das prefeituras, e podem servir de base para a correção de rumos nos casos em que as ações não atendam às demandas e necessidades da comunidade.

O TCE-PI vem alertando aos prefeitos para a importância de aplicarem o IEGM em seus municípios. Em março, reuniu em Teresina os gestores de dezenas de cidades para tratar do assunto. No período de 30 de março a 1º de abril, promoveu minicursos em Picos, durante o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, especialmente para orientar os participantes sobre a importância da ferramenta como instrumento de aperfeiçoamento da gestão pública.

Editoria de Política. Página 3

### Repasses

O Tribunal de Contas do Estado, em resposta à consulta da Associação de Vereadores do Piauí, decidiu que a arrecadação com a taxa de iluminação pública (a cosip), bem como os recursos decorrentes da divisão da multa da repatriação, devem ser computados na base de cálculo que serve para a determinação dos repasses constitucionais aos poderes Legislativos Municipais.

### Contas abertas

O TCE aprovou com ressalvas as contas da deputada Janaína Marques na Secretaria de Infraestrutura, referente ao ano de 2015. Janaína terá que pagar multa de 500 UFRs.

Coluna Arimatéia Azevedo. Página 4

## Insegurança jurídica gera prejuízos para empresa e consumidores

05/04/17, 08:27



O inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Piauí para apurar as condições da qualidade da água distribuída pela Agespisa traz de volta à cena o processo licitatório para contratação da empresa que assumirá a subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto de Teresina. A assinatura do contrato entre o estado e a empresa vencedora, a Aegea, havia sido suspenso pelo TCE, até que seus técnicos concluíssem a análise do processo. O Tribunal de Justiça, por liminar do desembargador Sebastião Ribeiro Martins, revogou a decisão do TCE, levando o governo prontamente a promover a assinatura do contrato. Mas, logo em seguida, o mesmo desembargador voltou atrás, tornando sem efeito o contrato assinado.

Resultado: volta tudo para o ponto de partida. E o que era tido como certo está perdido na mais completa indecisão. Os diretores da empresa vencedora questionam, com justificada razão, a segurança jurídica para operar em Teresina, já que as decisões mudam a cada dia.

Questionamentos jurídicos a parte, o que interessa é que até hoje a capital do Piauí conta um péssimo serviço de abastecimento de água e esgoto. Enquanto ainda falta água regularmente em vários pontos da cidade, menos de 20% da sua área é coberta por esgotamento sanitário, com prejuízos inquestionáveis para a saúde da população.

O pedido de inquérito feito pelo Ministério Público foi baseado em análise da água coletada em nove pontos distintos de Teresina, realizada pelo Laboratório Central. O resultado apontou qualidade insatisfatória para o consumo humano, com a presença de coliformes totais. Para a população, não interessa quem vai operar o sistema, se o poder público ou privado. O que se quer é um serviço de qualidade que contemple toda a extensão da cidade porque, afinal, água é saúde.



## Politização é maior problema dos Tribunais de Conta, diz Jesualdo

04/04/17, 13:00



*Jesualdo Cavalcanti: politização é um problema dos Tribunais de Contas*

A politização no processo de escolha dos membros dos Tribunais de Contas é o principal problema dessas cortes em todo o Brasil. Quem diz é Jesualdo Cavalcanti, que foi presidente do TCE do Piauí e figura chave na estruturação da Corte, com fortalecimento do corpo técnico.

Jesualdo tem uma série de ideias sobre o funcionamento dos Tribunais de Contas, mas admite que boa parte não tem acolhida no meio político.

Não por acaso: hoje, dos sete conselheiros que compõem o TCE piauiense, cinco têm escolha politizada. Uma vaga é de indicação direta do governador do Estado e outras quatro são preenchidas através de votação dos deputados estaduais. Uma sexta é preenchida através do corpo de procuradores de contas e a última vem do grupo de auditores.

O ex-presidente do TCE admite que esse envolvimento político traz "um certo comprometimento" na atuação dos conselheiros, que guardam afinidades com aqueles que o escolheram. E isso é um desvio na competência da Corte, que deve ser eminentemente técnica.

Por isso mesmo Jesualdo defende mudanças profundas. Para começar, acha que o Tribunal de Contas deveria ser parte do Poder Judiciário, funcionando como uma vara especializada no julgamento das contas públicas. Além disso, acha que o cargo de conselheiro deva ser o resultado de uma progressão funcional entre os próprios auditores e procuradores, como acontece no Tribunal de Justiça, onde os juizes vão avanço na carreira até poderem pleitear a vaga de desembargador.

## Jesualdo cria corpo técnico

Parece estranho ver Jesualdo Cavalcante – que, ainda deputado, ganhou de seus pares uma vaga de conselheiro e que depois chegaria à presidência do TCE – defender tais ideias. Mas ele é considerado um divisor na vida da instituição. Quando tornou-se presidente da Corte, em 1994, tratou de ajustar o TCE à legislação federal.

Primeiro, conseguiu aprovar emenda à constituição estadual criando a estrutura organizativa de hoje. Isso levou à formação de um corpo técnico, incluindo a realização de concurso para auditores. A partir daí, o TCE do Piauí tornou-se uma referência.

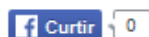
Apesar da politização do processo de escolha dos conselheiros, Jesualdo destaca a postura do TCE piauiense, que tem conseguido seguir diretrizes técnicas que asseguram julgamentos sérios.

Link: <http://cidadeverde.com/fenelonrocha/83414/politizacao-e-maior-problema-dos-tribunais-de-conta-diz-jesualdo>

## TCE-PI alerta gestores para responderem questionários do IEGM

TCE-PI alerta gestores para responderem questionários do IEGM

05/04/2017 09:47h



Os prefeitos dos 224 municípios do Piauí têm até o dia 30 de abril para responder e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) o questionário do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) referente ao exercício de 2016. O questionário está disponível no site do TCE-PI ([www.tce.pi.gov.br](http://www.tce.pi.gov.br)) desde o início de março e deve ser preenchido até o próximo dia 30.

As prefeituras que não enviarem as informações no prazo estabelecido podem ter as contas bloqueadas, dentre outras penalidades. O IEGM foi instituído com a finalidade de modernizar a gestão das cidades e tornar mais eficientes e efetivos os serviços oferecidos pelos municípios. Começou a ser aplicado no Piauí em 2016, em fase experimental. A partir deste ano, o envio do questionário passa a ser obrigatório, conforme a Resolução TCE-PI nº 27/2016, que dispõe sobre o prazo e a forma de envio da prestação de contas da administração pública.

Por meio do questionário, os gestores informam os dados das políticas públicas e iniciativas desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Essas informações serão analisadas e avaliadas para medir o grau de eficiência dos serviços e realizações das prefeituras, e podem servir de base para a correção de rumos nos casos em que as ações não atendam às demandas e necessidades da comunidade.

O TCE-PI vem alertando os prefeitos para a importância de aplicarem o IEGM em seus municípios. Em março, reuniu em Teresina os gestores de dezenas de cidades para falar do assunto. No período de 30 de março a 1º de abril, promoveu minicursos em Picos, durante o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, especialmente para orientar os participantes sobre a importância da ferramenta como instrumento de aperfeiçoamento da gestão pública.

## **SOBRE O IEGM**

O IEGM é composto pela combinação dos dados governamentais, da prestação de contas e informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas prefeituras municipais. Esses dados permitirão avaliar a qualidade de gastos e a efetividade das políticas públicas e atividades municipais na educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Os objetivos do índice são compor a consolidação do IEGM Brasil relativo ao exercício de 2016, permitir aos gestores a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento, contribuir para a transparência e aprimoramento da gestão pública, melhorar a sistemática de acompanhamento e avaliação das políticas públicas, alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e fortalecer o controle social.

Link: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/tce-pi-alerta-gestores-para-responderem-questionarios-do-iegm-296397.html>

Subsede - 05/04/2017 às 08h39

## **Picos ganhará Subsede do TCE**

 Curtir 0

 Tweet

 G+ 0

 Compartilhar  

**Conheça como funciona o 180 por dentro**



**COM SERV PLUS**

**CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS**

**(86) 3221-7957 9 9972-8945**



“  
Somos especialistas em Barreira Química para controle de Cupins

Durante o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, realizado em Picos na última semana, o presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado do Piauí), Conselheiro, Olavo Rebelo Filho, disse que o órgão instalará uma Subsede no município picoinense.

“Nós já estamos aqui procurando um local para instalar uma Subsede do Tribunal em Picos. Vamos instalar uma Subsede em Parnaíba, outra em Picos e outra em Bom Jesus”, informou Rebelo.

O Presidente do TCE explicou que o objetivo do órgão é realizar um processo de interiorização física do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.



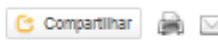


Link: <http://180graus.com/picos/picos-ganhara-subsele-do-tce>

Prazo até o dia 30 de abril - 04/04/2017 às 17h48

## Tribunal de Contas alerta gestores para responderem questionários do IEGM

O IEGM foi instituído com a finalidade de modernizar a gestão das cidades

 Curtir  Tweet  G+  Compartilhar



Os prefeitos dos 224 municípios do Piauí têm até o dia 30 de abril para responder e encaminhar ao Tribunal de [Contas](#) do Estado (TCE-PI) o questionário do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) referente ao exercício de 2016. O questionário está disponível no site do TCE-PI ([www.tce.pi.gov.br](http://www.tce.pi.gov.br)) desde o início de março e deve ser preenchido até o próximo dia 30.

As [prefeituras](#) que não enviarem as informações no prazo estabelecido podem ter as contas bloqueadas, dentre

outras penalidades. O IEGM foi instituído com a finalidade de modernizar a gestão das cidades e tornar mais eficientes e efetivos os serviços oferecidos pelos municípios. Começou a ser aplicado no Piauí em 2016, em fase experimental. A partir deste ano, o envio do questionário passa a ser obrigatório, conforme a Resolução TCE-PI nº 27/2016, que dispõe sobre o prazo e a forma de envio da prestação de contas da administração pública.

Por meio do questionário, os [gestores](#) informam os dados das políticas públicas e iniciativas desenvolvidas nas áreas de educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Essas informações serão analisadas e avaliadas para medir o grau de eficiência dos serviços e realizações das prefeituras, e podem servir de base para a correção de rumos nos casos em que as ações não atendam às demandas e necessidades da comunidade.

O TCE-PI vem alertando os prefeitos para a importância de aplicarem o IEGM em seus municípios. Em março, reuniu em Teresina os gestores de dezenas de cidades para falar do assunto. No período de 30 de março a 1º de abril, promoveu minicursos em Picos, durante o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, especialmente para orientar os participantes sobre a importância da ferramenta como instrumento de aperfeiçoamento da gestão pública.

Link: <http://180graus.com/politica/tribunal-de-contas-alerta-gestores-para-responderem-questionarios-do-iegm>

# Conselheiro do TCE suspende concurso da Câmara de Bertolândia

A decisão do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, é desta segunda-feira (03).

BRUNNO SUÊNIO

04/04/2017 © 17h01 - atualizado © 17h03

[f](#) Compartilhe no Facebook

[t](#) Compartilhe no Twitter

[g+](#) Compartilhe no Google+

[✉](#) Enviar por E-mail

[+](#) Mais opções

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, determinou a suspensão dos atos relativos ao Edital de Concurso Público nº 01/2016, destinado ao provimento de vagas existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Bertolândia. A decisão é desta segunda-feira (03).

De acordo com a decisão, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP) localizou o Edital de abertura das inscrições nº 01/2016, em procedimento ordinário, divulgado em 14 de Abril de 2016 e com inscrições encerradas em 09 de Maio de 2016, porém até o momento, não foi encaminhada ao Sistema RHWeb, documentação referente ao certame.

Foto: Lucas Dias/GP1



Kennedy Barros



Foram constatadas as seguintes irregularidades cometidas pelo então presidente da Câmara Municipal, Professor Jones, em especial quanto ao concurso público em questão: ausência do Parecer Jurídico dispondo sobre a legalidade do certame, pronunciamento do Controle Interno, informação sobre o número de vagas existentes e sua origem, ato de designação da comissão organizadora, declaração de cumprimento da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) firmada pelo Chefe do Executivo, publicação relativa ao resultado final e do ato de homologação do resultado final do certame, ausência de autorização do certame na LDO e de dotação orçamentária suficiente na LOA, ausência de fundamentação legal para os cargos objeto de seleção, impropriedades editalícias: ausência de previsão, no edital, das hipóteses de isenção do pagamento da taxa de inscrição e ausência de cadastro de atos de admissão.

O vereador Professor Jones foi intimado a fim de esclarecer as impropriedades levantadas, mas não apresentou resposta.

O relatório destacou ainda “a omissão do gestor em colaborar com a atividade de fiscalização sobre tais atos, agravada pela ausência de qualquer justificativa nos autos do presente processo, reforça a gravidade da situação, bem como, o risco de que haja grave violação ao art. 71, III da Constituição Federal”.

O Conselheiro decidiu então pela sustação cautelar dos atos relativos ao Edital de Concurso Público nº 01/2016, destinado ao provimento de vagas existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Bertolínia, sem indicação de publicação no Diário Oficial dos Municípios, até que sejam encaminhados os documentos e informações na forma como dispõem os arts. 3º, 4º e 5º da Resolução TCE/PI nº 907/09, bem como, regularizadas as impropriedades destacadas no relatório do setor técnico deste Tribunal.

Determino ainda que o atual Presidente da Câmara Municipal de Bertolínia tome, imediatamente, as necessárias providências no âmbito administrativo acerca da promoção da sustação de todos os atos já produzidos quanto ao Edital de Concurso Público nº 001/2016.

O atual gestor deverá ainda comprovar no prazo de 05 (cinco) dias, o cumprimento da decisão e demonstrar a adoção de providências adequadas para elidir as irregularidades acima relatadas, ou apresente defesa, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias.

A decisão será enviada ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado para apreciação.

### **O concurso**

O concurso foi realizado para o preenchimento de quatro vagas: Procurador, Assessor Legislativo, Técnico Legislativo e Auxiliar de Serviços Gerais com salário de R\$ 880,00 e 2.500,00 + honorários de sucumbência. As provas aconteceram no dia 12 de junho do ano passado.

## Outro lado

Procurado pelo **GPI**, na tarde desta terça-feira (04), o vereador Professor Jones disse que não está ciente da decisão do Conselho e tampouco das irregularidades apontadas. Segundo o parlamentar, o concurso aconteceu sem nenhuma irregularidade.

O **GPI** também ouviu o atual presidente da Câmara Municipal, vereador Raimundo Alves, que informou que ainda não foi notificado da decisão, mas que vai cumprir assim que for oficiado: "Não estou sabendo ainda, mas vou cumprir. Inclusive, já anulei duas contratações dele, porque ele chamou quatro vagas que estavam no edital e mais duas que ficaram classificados só, não existia vagas e ele chamou, então eu tive que anular. E, com certeza, se essa decisão vier a mim eu vou anular os atos", garantiu.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/conselheiro-do-tce-suspende-concurso-da-camara-de-bertolinia-411998.html>

# TCE julga prestação de contas e multa prefeito Raimundo Renato

Os conselheiros julgaram pela regularidade com ressalvas com fundamento no art. 122, inciso II da Lei Estadual nº 5.888/09.

BRUNA DIAS

04/04/2017 @ 21h04 - atualizado @ 21h08



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou com ressalvas a prestação de contas de gestão da Prefeitura de São Luís do Piauí referente ao exercício financeiro de 2014 e também decidiu pela aplicação de multa ao gestor Raimundo Renato Vicente de Araújo Sousa.

Os conselheiros julgaram pela regularidade com ressalvas com fundamento no art. 122, inciso II da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos da proposta de voto do relator Luciano Nunes Santos. O julgamento é do dia 07 de março de 2017.

A Primeira Câmara decidiu ainda pela aplicação de multa ao prefeito no valor correspondente a 1.500 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTTC), no prazo de 30 dias após o trânsito em julgado da decisão.

Participaram do julgamento os conselheiros Kleber Dantas Eulálio, Luciano Nunes Santos, além do representante do Ministério Público de Contas (MPC), procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-julga-prestacao-de-contas-e-multa-prefeito-raimundo-renato-411981.html>

# Conselheiro do TCE nega recurso do prefeito Mão Santa

A decisão de não conhecer o decreto emergencial se deu após fiscalização feita pelo TCE no município, que não constatou situação que justificasse estado de emergência ou calamidade.

RAYANE TRAJANO

04/04/2017 © 18h54 - atualizado 18h54



Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, negou Recurso de Reconsideração do prefeito de Parnaíba, Mão Santa, e manteve a decisão de não reconhecer o Decreto de Emergência na cidade. A decisão é dessa segunda-feira, 03 de março.

Com o recurso, o prefeito pediu que fosse validado o decreto emergencial nas secretarias municipais de Saúde, Educação e de Administração, "por estarem devidamente fundamentadas e comprovadas as situações que deram ensejo ao referido Decreto".

Foto: Facebook/ Mão Santa



Mão Santa

Ao examinar os requisitos legais quanto à legitimidade, o conselheiro afirmou que o recurso cabível contra a Decisão Monocrática n.º 059/2017 proferida é o Agravo, e não Recurso de Reconsideração, assim negou-lhe provimento.

A decisão de não conhecer o decreto emergencial se deu após fiscalização feita pela Diretoria Técnica do TCE na cidade de Parnaíba, que não constatou situação que justificasse estado de emergência ou calamidade.



# TCE suspende concurso público da Câmara Municipal de Bertolínia

Foi constatada a ausência de documentação e irregularidades no edital do certame.

MARCOS CUNHA

05/04/2017 09h10 - atualizado 09h11



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) decidiu suspender o edital de concurso público nº 01/2016, que visava preencher vagas no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Bertolínia, por conta da ausência de documentação e irregularidades no certame.

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal (DFAP) foi quem localizou o edital, em procedimento ordinário, divulgado em 14 de Abril de 2016 e com inscrições encerradas em 09 de Maio de 2016, mas não foi encaminhada documentação referente ao certame ao Sistema RHWeb.

O gestor responsável pelo certame era o presidente da Câmara Municipal, Professor Jones Werlen. Ele chegou a ser intimado a fim de esclarecer as impropriedades levantadas, mas não apresentou respostas.

Após análise, a equipe técnica constatou a ausência do parecer jurídico dispendo sobre a legalidade do certame, pronunciamento do Controle Interno, informação sobre o número de vagas existentes e sua origem, ato de designação da comissão organizadora, declaração de cumprimento da LRF firmada pelo Chefe do Executivo, publicação relativa à publicação do resultado final e do ato de homologação do resultado final do certame.

Foto: Tribunal de Contas do Estado



Plenário do TCE-PI

Foram constatadas também a ausência de autorização do certame na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de dotação orçamentária suficiente na Lei Orçamentária Anual (LOA), ausência de fundamentação legal para os cargos objeto de seleção, ausência de previsão, no edital, das hipóteses de isenção do pagamento da taxa de inscrição e ausência de cadastro de atos de admissão.

A decisão foi assinada nessa segunda-feira (03), pelo Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, que determinou que o atual presidente da Câmara de Bertolínia tome as necessárias providências acerca da suspensão de todos os atos já produzidos quanto ao Edital de Concurso Público nº 001/2016.

O atual gestor deve comprovar o cumprimento da decisão e demonstrar a adoção de providências adequadas para eliminar as irregularidades acima relatadas em até 5 dias, ou apresentar defesa em um prazo de 15 dias.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/tce-suspende-concurso-publico-da-camara-municipal-de-bertolinia-60293.html>

SUBCONCESSÃO

## DEPUTADO PEDE CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO DA AGESPISA

GUSTAVO NEIVA AFIRMA QUE O PROCESSO JÁ FOI MACULADO E NÃO EXISTIRIA OUTRA SAÍDA PARA O GOVERNO A NÃO SER RECOMEÇAR DO ZERO

04/04/2017 13:32



Deputado Gustavo Neiva afirma que a melhor saída seria cancelar a licitação  
(Foto:JailsonSoares/PoliticaDinamica.com)

O deputado Gustavo Neiva (PSB) afirma que o Governo do Estado não teria outra saída a não ser cancelar todo o processo de licitação da subconcessão da Agespisa. Segundo ele, a disputa judicial teria tornado o processo obscuro e a única saída seria recomeçar do zero.

“Sabemos do imbróglio que há no processo de subconcessão da Agespisa. Não tenho dúvida que o Estado não tem outro caminho a não ser anular toda a licitação desde o começo. O processo está mexido. Primeiro esteve em andamento no Tribunal de Contas do Estado (TCE). O governador disse que iria obedecer o TCE e surpreendente, quando a maioria dos conselheiros já havia votado em consonância com o relatório dos técnicos que anularia grande parte desse processo, o Governo entrou com ação no Tribunal de Justiça (TJ) e alegou que iria haver duplicidade de decisões. Existe um processo no TJ e outro no TCE”, afirmou.

De acordo com o deputado, enquanto o assunto segue na Justiça, a população de Teresina sofre sem água. “O desembargador Sebastião Ribeiro em nenhum momento autorizou o Governo a contratar, tanto que o contrato foi assinado e na última semana o desembargador revisou a decisão e mandou anular o contrato. O estado não tem outro caminho a não ser anular. Há muita incoerência em tudo isso”, declarou.

Link: <http://www.politicadinamica.com/noticias/lidia-brito/deputado-pede-cancelamento-da-licitacao-da-agespisa1491324109-7891.html>





## ORIENTAÇÃO



# “O TCE não pode só julgar e punir”, declara conselheiro Olavo Rebelo durante abertura de seminário

Postado em **30/03/2017** por **Jailson Dias**

*Olavo Rebelo declarou em entrevista ao Folha Atual que o TCE está se fazendo presente nas cidades polos do Piauí*

Imprimir Comentar

 Curtir  Compartilhar 2,7 mil

Tamanho da fonte  



*VI Seminário Para os Novos Gestores*  
Foto: Jailson Dias

Durante a abertura do VI Seminário Para os Nove Gestores e Ouvidoria Itinerante, que teve início nesta quinta-feira, 30, e se estende até o sábado, 01, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TEC-PI), Olavo Rebelo, declarou que o tribunal também existe para auxiliar os órgãos públicos. “O TCE não pode só julgar e punir”, declarou. O evento acontece na UFPI, Campus de Picos, e conta com a presença de prefeito e secretários de toda a região.

Além do presidente Olavo Rebelo também esteve presente na abertura do seminário os conselheiros: Kléber Dantas Eulálio e Waltânia Maria Nogueira de Sousa

Alvarenga.

Olavo Rebelo declarou em entrevista ao **Folha Atual** que o TCE está se fazendo presente nas cidades polos do Piauí. Ela enfatiza que é papel do tribunal auxiliar e fazer a capacitação dos gestores públicos de forma geral. “Esse é o primeiro passo do TCE para se interiorizar”, declarou.



O prefeito de Picos, Pe. Walmir Lima (PT), declarou que seminário promovido pelo TCE ajudará as equipes que administram os municípios na organização dos tramites burocráticos existentes na gestão pública. "Estará nos instruindo a como preparar uma licitação, as prestações de contas e outros temas preparados aqui, pois acreditamos que alguns erros cometidos na administração ocorrem devido a falta de instrução, de capacitação", comentou.

### **Programação**

Durante o seminários serão oferecidos palestras e minicursos, dentre eles: "Licitações e contratos", ministrado pela advogada Naiara de Moraes e Silva, diretora da Escola Superior de Advocacia (ESA) e da Associação Jurídica e Social do Piauí (Ajuspi); "Os cuidados que os gestores deverão ter com as mudanças nas prestações de contas", ministrado pela diretora técnico-pedagógica da APPM (Associação Piauiense de Municípios), Dilma Teles Campos; e "Aspectos da Responsabilidade do Estado e Municípios", ministrado pelo advogado Enzo Dias Andrade, especialista em contratos e responsabilidade civil.



# Começa seminário de novos gestores em Picos

O [evento](#), que prossegue até sábado, 1º de abril, reúne prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais, secretários e servidores públicos de 23 cidades da microrregião de Picos. Representantes de associações e entidades comunitárias também participam

📅 Data: 30 março, 2017    👤 Autor(a): Romário Mendes    📁 Editoria: Destaques, Todas as Notícias

[Curtir](#) [Compartilhar](#) 0 [Tweetar](#) [G+](#) 0

Anúncio fechado por Google

[Denunciar este anúncio](#)

[Anúncios Google](#) ⓘ

O Tribunal de [Contas](#) do Piauí (TCE-PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC), iniciou na manhã desta quinta-feira (30), no auditório do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante em Picos. O evento, que prossegue até sábado, 1º de abril, reúne prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais, secretários e servidores públicos de 23 cidades da microrregião de Picos. Representantes de associações e entidades comunitárias também participam.

Na abertura, o [presidente](#) do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, disse que o evento

objetiva qualificar os gestores, promover a boa gestão e orientar representantes da comunidade sobre a fiscalização da administração pública.



Seminário de novos [gestores](#) em Picos – Foto: Ascom TCE



Participaram da solenidade de abertura os conselheiros Kléber Eulálio e Waltânia Alvarenga, o diretor da Dfam (Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal), Vilmar Barros, o presidente da Associação Jurídica e Social do Piauí (Ajuspi), Alano Dourado; o presidente da Subseção de Picos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí (OAB-PI), Franklin Bezerra; e o diretor do Campus Helvídio Nunes, Francisco Cleyson da Costa.



Seminário de novos gestores em Picos – Foto: José Maria Barros

O evento tem o apoio da Prefeitura de Picos. De acordo com o prefeito Padre Walmir Lima, o seminário ajuda a administração, principalmente em preparação de licitação, prestação de contas e outros temas que serão abordados no evento. "Alguns erros cometidos na administração são inerentes da falta de conhecimento e da falta de instrução e fico feliz que ultimamente tenha ocorrido vários encontros que sejam voltados para instruir nossos gestores", disse.



TERESINA-PI  
**MIRANTE THERESINA**  
3 suítes · 106 e 109m<sup>2</sup>  
**CONHEÇA AGORA**

Durante os três dias do seminário, irão ser realizadas palestras e minicursos como “Licitações e contratos”, ministrado pela advogada Naiara de Moraes e Silva, diretora da Escola Superior de Advocacia (ESA) e da Associação Jurídica e Social do Piauí (Ajuspi); “Os cuidados que os gestores deverão ter com as mudanças nas prestações de contas”, ministrado pela diretora técnico-pedagógica da APPM (Associação Piauiense de Municípios), Dilma Teles Campos; e “Aspectos da Responsabilidade do Estado e Municípios”, ministrado pelo advogado Enzo Dias Andrade, especialista em contratos e responsabilidade civil.



Oficinas do evento – Foto: Romário Mendes

Link: <http://www.riachaonet.com.br/comeca-seminario-de-novos-gestores-em-picos/>



## SEMINÁRIO

# Tribunal de Contas reúne gestores em Picos e debate administração

Solenidade de abertura contou com a presença de conselheiros do TCE, prefeitos e servidores municipais

Por José Maria Barros 30/03/2017



 Curtir  Compartilhar 4,1 mil pessoas curtiram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

Foto: José Maria Barros



Seminário reúne gestores na cidade de Picos.

Com o objetivo de interiorizar os serviços prestados pela corte, além de qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), realiza em Picos entre os dias 30 de março e 1º de abril, o IV Seminário para os novos gestores e ouvidoria Itinerante.

A solenidade de abertura aconteceu às 8h30 da manhã desta quinta-feira, 30, no auditório da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. O

presidente do TCE, conselheiro Olavo Ribeiro, foi quem conduziu o ato e, aproveitou para agradecer a presença dos prefeitos, vices, vereadores, secretários municipais e profissionais liberais.

Além de Olavo Rebelo, estavam presentes os conselheiros Kléber Eulálio e Valtânia Alvarenga; prefeito de Picos, Padre José Walmir de Lima (PT); gestores de vários municípios da região e representantes da sociedade civil organizada.

O presidente do TCE, conselheiro Olavo Rebelo, destacou a presença significativa de pessoas na abertura do evento. "Nós do tribunal estamos satisfeitos com as andanças pelo interior, levando o conhecimento da corte. Temos também aprendido com os gestores municipais, pois, cada um nesse relacionamento, tanto ensinamos como aprendemos" – pontuou. Segundo Olavo Rebelo, nesse seminário que acontece em Picos o papel do TCE é interiorizar suas ações através dos mais diversos cursos que estão na pauta do evento.

O prefeito anfitrião, Padre Walmir (PT), ressaltou que a administração pública é muito complexa, requer conhecimento na economia, no direito e em outras áreas. Por isso, os órgãos fiscalizadores como um todo, especialmente o TCE, estão instruindo os gestores como preparar uma licitação, prestação de contas e outros temas que serão apresentados no seminário. Daí a importância do evento.

"Acredito que alguns erros cometidos pelas administrações são inerentes à falta de conhecimento, de instrução. Por isso, fico feliz com essas iniciativas, tendo em vista que nos últimos meses têm ocorrido vários encontros voltados para instruir os novos gestores" – destacou o prefeito de Picos.



## Programação

De acordo com a organização, durante os três dias do seminário, os participantes assistirão a palestras e participarão de minicursos como "Licitações e contratos", ministrado pela advogada Naiara de Moraes e Silva, diretora da Escola Superior de Advocacia (ESA) e membro da Associação Jurídica e Social do Piauí (Ajuspi); "Os cuidados que os gestores deverão ter com as mudanças nas prestações de contas", ministrado pela diretora técnico-pedagógica da APPM (Associação Piauiense de Municípios), Dilma Teles Campos; e "Aspectos da Responsabilidade do Estado e Municípios", ministrado pelo advogado Enzo Dias Andrade, especialista em contratos e responsabilidade civil.

Entre as palestras preparadas para os novos gestores, estão: "Julgamento das contas do prefeito: Câmaras municipais ou Tribunais de Contas", ministrada pelo procurador de Ministério Público de Contas do TCE-PI, José Araújo Pinheiro Júnior; "Gestão e governança: o que é ser um bom governante", do auditor de controle externo e chefe da Núcleo de Gestão Estratégica da Informação (Nugei) do TCE-PI, José Inaldo de Oliveira e Silva; e "Aspectos Práticos da Administração Pública", ministrada pelos advogados Alano Dourado e Tarso Neto de Carvalho, da Associação Jurídica e Social do Piauí (Ajuspi).

Link: [http://www.jornaldepicos.com.br/noticia\\_detalhe.php?id=8818](http://www.jornaldepicos.com.br/noticia_detalhe.php?id=8818)

# Presidente do TCE-PI avalia seminário realizado em Picos

Por **Redação** - 01/04/2017



Terminou neste sábado (1º) o IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante promovido pelo Tribunal de Contas Estado do Piauí (TCE-PI) por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC). O evento teve início no último dia 30, no auditório do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Durante três dias de seminário ocorreram palestras e minicursos sobre gestão, licitações, contratos, obras e outras áreas da administração pública.

O evento contou com a participação de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores, conselheiros municipais, contadores, advogados e servidores de municípios da macrorregião picoense.



De acordo com o presidente do órgão fiscalizador, conselheiro Olavo Rebelo, o objetivo foi orientar e qualificar os participantes sobre normas e obrigações da gestão pública. "Vale lembrar que esses seminários ocorrem anualmente nas principais regiões do estado e não possuem caráter punitivo, a intenção do TCE é orientar os gestores a corrigir possíveis falhas que possam ocorrer no âmbito da administração", disse ele.

O presidente também relatou o trabalho de análise dos decretos de situação de emergência que foram baixados por vários prefeitos e seguidamente questionados pelo órgão. "Esses decretos já foram quase todos analisados e na grande maioria estão fora da legislação", pontuou Rebelo, reforçando que foram encontradas inconsistências nos dados e que os decretos foram cancelados.

Durante o seminário, Olavo Rebelo ainda anunciou a instalação de três subsedes do TCE nas cidades de Picos, Parnaíba e Bom Jesus, interiorizando a presença física no tribunal no estado.

Link: <http://grandepicos.com.br/2017/04/01/presidente-do-tce-pi-avalia-seminario-realizado-em-picos/>

# TCE-PI anuncia construção de subsede na Capital do Mel

Por Redação - 04/04/2017



Olavo Rebelo - Foto: Assis Santos/Grande Picos

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Olavo Rebelo, anunciou a construção de uma subsede do órgão na cidade de Picos ainda este ano. A fala de Olavo Rebelo ocorreu durante a visita à cidade de Picos por ocasião do IV Seminário Para Novos Gestores e Ouvidoria Itinerante, promovido pelo Tribunal de Contas Estado do Piauí por meio da Escola de Gestão e Controle (EGC).

Na ocasião, o presidente do TCE também relatou o trabalho de análise dos decretos de situação de emergência que foram baixados por vários prefeitos e seguidamente questionados pelo órgão.

**PODCAST | Olavo Rebelo – Interiorização do TCE-PI | 04.04.17**



Link: <http://grandepicos.com.br/2017/04/04/tce-pi-anuncia-construcao-de-subsede-na-capital-do-mel/>